

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório de Atividades - 2º Trimestre - 2016



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2016



Presidente

Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

Vice-Presidente

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Corregedor

Conselheiro Renato Martins Costa

Conselheiros

Conselheiro Antonio Roque Citadini

Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Conselheiro Robson Marinho

Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:

09/11/2015 a 06/02/2016

o **SILVIA MONTEIRO**

A partir de 10/02/2016

o **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS**

A partir de 10/05/2016

o **VALDENIR ANTONIO POLIZELI**

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Auditores Substitutos de Conselheiro

Samy Wurman

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Márcio Martins de Camargo

Ministério Público de Contas (MPC)

Rafael Neubern Demarchi Costa - Procurador Geral

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin

Rafael Antonio Baldo

Renata Constante Cestari

Thiago Pinheiro Lima

Secretário Diretor-Geral

Sérgio Ciquera Rossi

Diretor Técnico de Departamento - DGA

Carlos Eduardo Correa Malek



SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO	6
2.	CONTAS DO GOVERNADOR	7
3.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL	8
4.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP	9
5.	JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO	9
6.	JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	10
7.	CORPO DE AUDITORES	10
8.	DECISÕES SINGULARES	10
9.	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC	10
10.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE	10
11.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	11
11.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG	11
11.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4)	11
11.1.2.	DSF's I e II	11
11.1.3.	Assessoria Técnico Jurídica – ATJ	12
11.1.4.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP	12
11.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	12
11.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças	12
11.2.1.1.	Planejamento e Orçamento	12
11.3.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA	20
11.4.	OUVIDORIA	20
11.5.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	21
11.6.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	21
11.7.	REVISTA DO TCE	21
11.8.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	22
11.9.	CERIMONIAL	22
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
13.	ANEXOS	23
13.1.	ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP	23



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)	8
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores).....	9
Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2016 – Despesas Correntes.....	14
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2016 – Despesas de Capital	15
Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2016 - Despesas Correntes	16
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2016 - Despesas de Capital	17
Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Empenhado – Despesas Correntes.....	18
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Empenhado – Despesas de Capital	18
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Realizado – Despesas Correntes	19
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Realizado – Despesas de Capital	19



APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, c.c. o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO condensa as principais atividades desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas, no decurso do **segundo trimestre** do exercício de 2016.

No Relatório estão abrangidas as atividades relacionadas com a ação da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado e seus Municípios, exceto o da Capital, bem como, os aspectos estruturais e administrativos de ordem interna do TCESP.

No 2º trimestre deste ano, destaca-se a atuação do Tribunal na organização e execução de mais uma Fiscalização Ordenada, tendo a merenda escolar como objeto.

A operação mobilizou mais de 200 (duzentos) agentes de fiscalização, que percorreram 200 (duzentas) unidades escolares distribuídas em 180 (cento e oitenta) municípios, além da Capital. Dentre os objetivos das equipes do Tribunal, destacam-se a verificação da qualidade dos alimentos, das condições de higiene nos locais de armazenamento, a origem dos produtos e a regularidade do abastecimento das escolas.

Todas as informações – fotos, dados, situações de irregularidade –, foram transmitidas diretamente para os Departamentos de Informática e Fiscalização do Tribunal de Contas. As ações e sua evolução durante as 5 (cinco) horas foram acompanhadas simultaneamente - com atualizações a cada 30 (trinta) minutos, por meio de um 'videowall' -, pelo Presidente, Conselheiros e Diretores de fiscalização do órgão.

Por fim, os dados foram consolidados em relatório gerencial distribuído aos membros do colegiado e relatores de processos ligados aos municípios e entes fiscalizados. Tal consolidação permitirá a delineação de um panorama geral da qualidade da merenda oferecida na rede pública municipal e estadual.

Ainda neste segundo trimestre, foi assinado o acordo internacional de cooperação técnica firmado entre o **TCE-SP e a Universidade de Bolonha**, com vistas a incentivar o intercâmbio de conhecimento técnico, científico e administrativo entre as duas instituições. O acordo, com vigência de 2 (dois) anos, facilitará o intercâmbio de informações e a realização conjunta de atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Participaram da assinatura do termo de cooperação o Diretor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade de Bolonha e o Diretor Científico da Escola Superior de Estudos Jurídicos da Universidade de Bolonha (UNIBO), Professores Giovanni Luchetti e Luca Mezzetti, respectivamente, e o Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Jurídicas (IBCJ), Professor Marcelo Figueiredo.



De acordo com o termo de cooperação, estão previstas atividades no desenvolvimento de estudos, elaboração e edição de material de pesquisa referente às áreas de interesse mútuo; a realização de encontros para discussão e aprimoramento de temas relevantes; a realização de eventos de orientação aos jurisdicionados e a formação de grupos de trabalho para a pesquisa de temas específicos.

No tocante a cursos e eventos, o Tribunal, com apoio da EPCP – Escola Paulista de Contas Públicas – promoveu e (ou) participou de mais de **100 eventos**, dentre reuniões, cursos internos e externos. Destaca-se a realização – no dia 25/04 – da **Conferência Magna Internacional ‘Sistemas Nacionais e Supranacionais Anticorrupção’**, com objetivo de debater as ações e regimes de combate à corrupção no Brasil e no exterior. O evento reuniu agentes públicos, autoridades políticas, estudantes, professores universitários e demais interessados.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo também coordenou o oferecimento do curso de extensão **‘Teoria Geral do Processo no Novo CPC’**. Dividido em 5 (cinco) módulos com transmissão simultânea pela Internet, por meio da TVTCE, o curso foi promovido em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), com o objetivo de capacitar os estudantes, bacharéis em Direito e profissionais da área quanto ao texto do Novo Código de Processo Civil (CPC) que entrou em vigor em março deste ano.

Em virtude do ano eleitoral, o Tribunal realizou - no dia 13 de maio - o **Seminário de Direito Eleitoral**, com objetivo de orientar agentes políticos do Executivo e Legislativo, pré-candidatos e integrantes de partidos políticos sobre a Lei Eleitoral e os cuidados a serem adotados durante o ano eleitoral. O evento contou com a participação de expositores que discutiram importantes temas ligados às regras e legislação voltada aos interessados em disputar as eleições.

Por fim, o Tribunal, no trimestre, concluiu o **20º Ciclo de Debates** com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais. Em função da realização de eleições em 2016, o Ciclo adotou um novo formato, mais condensado, com a realização de 21 encontros compreendidos entre 11 de fevereiro e 28 de abril.

Com a presença do Senhor Presidente, do Secretário-Diretor Geral e do Procurador Geral de Contas, os **07 (sete) últimos encontros** do Ciclo realizaram-se no 2º trimestre de 2016, nas localidades de Mogi-Guaçu, Campinas, São Paulo (Capital), Itapeva, Sorocaba, Adamantina e Presidente Prudente.

Dimas Eduardo Ramalho
Presidente



1. CORPO DIRETIVO

No dia 01 de fevereiro de 2016, tomaram posse para o mandato de um ano, os Conselheiros DIMAS EDUARDO RAMALHO, Presidente, SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Vice-Presidente e, RENATO MARTINS COSTA, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às 4^{as} feiras, às 10 horas

Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO – PRESIDENTE**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA - CORREGEDOR**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Conselheiro **ROBSON MARINHO - Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de**

Conselheiro conforme abaixo:

09/11/2015 a 06/02/2016

- **SILVIA MONTEIRO**

A partir de 10/02/2016

- **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS**

A partir de 10/05/2016

- **VALDENIR ANTONIO POLIZELI**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às 3^{as} feiras, às 14h30 horas

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES - PRESIDENTE**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às 3^{as} feiras, às 10 horas

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – PRESIDENTE**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**

Conselheiro **ROBSON MARINHO- Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de**

Conselheiro conforme abaixo:

09/11/2015 a 06/02/2016

- **SILVIA MONTEIRO**

A partir de 10/02/2016

- **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS**

A partir de 10/05/2016

- **VALDENIR ANTONIO POLIZELI**



2. CONTAS DO GOVERNADOR

Para relatar as contas do Governador do Estado de São Paulo do exercício de 2016 foi designado o eminente Conselheiro Antonio Roque Citadini.

A designação do relator das contas estaduais, em cumprimento ao previsto no artigo 38 do Regimento Interno, ocorre sempre no mês de janeiro de cada ano sob responsabilidade da Presidência da Corte e prevê que os processos referentes às contas do Governador do Estado obedecerão, na distribuição, ao sistema de rodízio, a começar dos Conselheiros mais antigos.

As Contas do Governo referentes ao exercício de 2015 foram examinadas pelo Tribunal Pleno em sessão extraordinária ocorrida no dia 15 de junho, às 10h00m, cuja íntegra encontra-se disponível no Canal do TCE-SP no YouTube:

<http://www.youtube.com/tcespoficial>

O parecer favorável à aprovação das contas, relatado pelo Vice-Presidente do TCE, Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, foi acompanhado pela unanimidade do colegiado, sendo emitidas 18 (dezoito) recomendações, das quais 17 (dezesete) foram propostas pelo Relator e 1 (uma) pelo Decano da Casa, Conselheiro Antonio Roque Citadini.

Em consonância com o previsto no artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, e segundo os termos da Constituição Estadual, após o trânsito em julgado da decisão, o parecer será remetido à Assembleia para análise e posterior julgamento das contas.

A sessão foi presidida pelo Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho e integrada pelos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e pelo Auditor Substituto de Conselheiro Valdenir Antonio Polizeli. O Procurador Thiago Pinheiro Lima representou o Ministério Público de Contas e o Procurador Luiz Menezes Neto a Procuradoria da Fazenda do Estado, sendo os trabalhos secretariados por Sérgio Ciquera Rossi.



3. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL

No 2º trimestre de 2016, foram distribuídos aos julgadores **1.559** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	TOTAL
ACESSÓRIO - 1 ORDEM CRONOLÓGICA	3
ACESSÓRIO - 1 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL	1
ACESSÓRIO - 3 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	1
ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8
ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PROCESSO SELETIVO	7
ADMISSÃO DE PESSOAL - TEMPO DETERMINADO	2
AGRAVO	1
APARTADO DE PREFEITURA MUNICIPAL	1
APOSENTADORIA / PENSÃO	1
AUDITORIA ESPECIAL	1
BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO	2
CONTRATO	251
CONTRATO DE GESTÃO	4
CONVÊNIO – REPASSES PÚBLICOS TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA	11
CONVÊNIO – REPASSES A ÓRGÃOS PÚBLICOS	5
DENÚNCIA	1
ESPORÁDICO	3
IRREGULARIDADES	4
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA CONVÊNIO	63
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - CONTRATO DE GESTÃO TERMO DE PARCERIA – CONVÊNIO	99
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR – AUXÍLIOS – SUBVENÇÕES CONTRIBUIÇÕES	32
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - CONTRATO GESTAO	32
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - TERMO DE PARCERIA	6
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	12
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - CONVENIO	263
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTO	66
QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA	1
RECURSO ORDINÁRIO	638
RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO	1
REPRESENTAÇÃO	4
RESCISÃO DE JULGADO	17
REVISÃO DE JULGADO	17
TERMO DE PARCERIA	1
TOTAL DE PROCESSOS FÍSICOS DISTRIBUÍDOS	1.559



4. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP

No 2º trimestre de 2016, foram distribuídos **3.722** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

ELETRÔNICOS – ABRIL – JUNHO - 2016										
MATÉRIA	RELATOR							Gabinete da Presidência	Corpo de Auditores	TOTAL
	Cons. ARC	Cons. ECR	Cons. RMC	Cons. RRM	Cons. CCM	Cons. SEB				
EXAME PRÉVIO DE EDITAL	90	91	94	94	94	92	0	0	555	
PESSOAL	24	13	24	29	25	27	1	655	798	
REPRESENTAÇÃO	4	6	1	7	13	7	0	0	38	
CONTRATO	121	143	135	139	125	129	4	305	1101	
RECURSOS	12	14	16	23	28	19	12	3	127	
RECURSOS PÚBLICOS	33	23	23	16	30	22	2	239	388	
INOMINADO	22	34	28	40	33	46	41	28	272	
AÇÕES	0	1	0	1	1	1	1	0	5	
BALANÇO GERAL	0	0	1	0	1	0	0	2	4	
APARTADOS	0	0	0	0	0	0	1	166	167	
CONTROLE DE PRAZO	29	30	29	30	30	30	0	74	252	
TOMADA DE CONTAS DE PREVIDÊNCIA	0	0	0	0	0	0	0	11	11	
CÂMARA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PREFEITURA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CONTAS DO GOVERNADOR	2	0	0	0	0	0	0	0	2	
UGEs	0	2	0	0	0	0	0	0	2	
TOTAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DISTRIBUÍDOS									3.722	
TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS									5.281	

5. JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO

No 2º trimestre do presente exercício, foram realizadas **10 Sessões Ordinárias** e **01 Sessão Especial**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **629 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **609 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, aos quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **03 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.



6. JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As Câmaras do Tribunal de Contas reuniram-se **11 vezes** cada uma, em Sessões Ordinárias, sendo apreciados **909 processos pela Primeira Câmara e 1065 pela Segunda Câmara**, conforme decisões publicadas na Imprensa Oficial.

7. CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Entre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções Nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 2º Trimestre de 2016 tramitaram pelo Corpo de Auditores **5.082 processos**, incluindo físicos e eletrônicos. No mesmo período, **1.664 autos** receberam julgamento, enquanto **1.113** foram objeto de despacho de diferimento.

8. DECISÕES SINGULARES

No 2º trimestre de 2016 foram proferidas **2.103 sentenças singulares**. Destas, **439** foram exaradas pelos Senhores Conselheiros, enquanto **1.664** pelos Senhores Auditores, em processos autuados para exame de atos de admissão de pessoal, aposentadorias, prestações de contas da aplicação de auxílios e/ou subvenções, prestações de contas de adiantamentos, termos contratuais e atos jurídicos análogos.

Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

9. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **18.606 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

10. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 2º Trimestre de 2016, a P.F.E se manifestou em **2.322 feitos**.



11. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

11.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.

O Senhor Secretário-Diretor Geral, no trimestre, se manifestou em **1.124** processos.

11.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, bem assim, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **3.212 processos**, dos quais **238** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **569 certidões**. Desse quantitativo, **25** foram requisitadas via protocolo do TCESP (Sede e Regionais) e **544** via INTERNET.

11.1.2. DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **16.435 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

	DSF-I	DSF-II
Processos Físicos	7.200	4.800
Processos Eletrônicos	2.205	2.230
TOTAL	9.405	7.030



11.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia dos processos afetos à atividade do Tribunal.

No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **13.239 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

11.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema aumentou a agilidade nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No segundo trimestre de 2016 a Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp efetuou **1.812 atendimentos** por meio de e-mails e **1.777** por telefone, que alcançaram questões referentes ao próprio Sistema AUDESP, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

11.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, se manifestou em **2.444** processos.

11.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

11.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º16.083 de 28 de dezembro de 2015, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2016” foi elaborado em observância à Lei n.º. 15.870, de 27 de julho de 2015 que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2016”.



A dotação para as despesas deste Tribunal foi fixada em R\$774.941.309,00, sendo R\$773.941.279,00 para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e R\$1.000.030,00 para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 15.870/15), o Decreto n.º 61.802, de 14 de janeiro de 2016, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2016 e a Portaria Conjunta CAF-CCE-CO-001, de 27 de janeiro de 2016.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2016 (Decreto n.º 61.802/2016) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, **da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE**, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor total de R\$11.100.000,00, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1 - SAO n.º 02001/2016-4-0001, concluído em fevereiro, no valor total de R\$4.800.000,00 sendo R\$748.000,00 para obras de reforma nas Regionais de Araras e Registro, R\$2.100.000,00 para serviços de informática – Business Intelligence e R\$1.952.000,00 para aquisição de 480 notebooks para as unidades regionais;

2 - SAO n.º 02001/2016-4-0005, concluído em março, no valor total de R\$3.800.000,00, sendo R\$400.000,00 para despesas correntes, em complementação ao Projeto JAVA-PRODESP e R\$3.400.000,00 para execução de diversas obras que estão sendo realizadas nos prédios da capital, assim como a elaboração de dois projetos básicos para construção das Unidades Regionais de Andradina – UR-15 e Ituverava – UR-17;

3 - SAO n.º 02001/2016-4-0007, concluído em março, no valor de R\$600.000,00, para atender despesas com aquisição de móveis e equipamentos para o prédio sede e anexos I e II bem como para as Unidades Regionais.

4 - SAO n.º 02001/2016-4-0010, concluído em maio, no valor de R\$1.000.000,00, para atender despesas com aquisição de móveis para as Unidades Regionais, Departamento de Tecnologia, bem como aparelhos de ar condicionado para a Unidade Regional de Sorocaba.

5 - SAO n.º 02001/2016-4-0012, concluído em junho, no valor de R\$ 900.000,00, para viabilizar a continuidade da obra de construção da Unidade Regional de Guaratinguetá – UR-14 (R\$850.000,00), bem como a aquisição de equipamentos e materiais permanentes (R\$50.000,00).



Mediante a publicação do Decreto n.º 61.874, de 18 de março de 2016, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, recursos orçamentários do Tribunal de Contas, no valor de R\$138.815,00, à conta da **Fonte 1-Tesouro**, visando a cobertura de despesas correntes para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mutua celebrado entre o Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado nos termos do expediente SAO nº 20006/2016-1-00001.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2016, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de junho do corrente exercício.

Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.

Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2016 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FUNTE 1	FUNTE 1	FUNTE 3	FUNTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Fevereiro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Março	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Abril	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Maio	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Junho	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Julho	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Agosto	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Setembro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Outubro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Novembro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Dezembro	58.597.126	5.779.763	402.310	-	6.182.073	64.779.199
TOTAL	700.084.379	69.050.520	4.806.380	-	73.856.900	773.941.279

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2016 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Fevereiro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Março	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Abril	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Maio	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Junho	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Julho	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Agosto	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Setembro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Outubro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Novembro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Dezembro	20	83.721	-	83.741	64.862.940
TOTAL	20	1.000.010	-	1.000.030	774.941.309

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2016 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Fevereiro	58.317.023	5.751.887	2.500.370	-	8.252.257	66.569.280
Março	58.317.023	5.613.072	800.370	-	6.413.442	64.730.465
Abril	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Maiο	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Junho	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Julho	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Agosto	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Setembro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Outubro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Novembro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Dezembro	58.597.126	5.779.763	402.310	-	6.182.073	64.779.199
TOTAL	700.084.379	68.911.705	7.306.380	-	76.218.085	776.302.464

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2016 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Fevereiro	-	2.783.299	-	2.783.299	69.352.579
Março	-	4.083.299	-	4.083.299	68.813.764
Abril	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Maiο	-	1.083.299	-	1.083.299	64.552.579
Junho	-	983.299	-	983.299	64.552.579
Julho	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Agosto	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Setembro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Outubro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Novembro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Dezembro	20	83.721	-	83.741	64.862.940
TOTAL	20	9.600.010	-	9.600.030	784.002.494

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES				TOTAL CORRENTES
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL OUTRAS	
JANEIRO	58.239.985,17	25.659.567,35	3.118.408,92	-	28.777.976,27	87.017.961,44
FEVEREIRO	53.217.577,72	6.331.071,04	2.200.119,66	-	8.531.190,70	61.748.768,42
MARÇO	53.233.806,83	8.366.661,75	67.719,41	-	8.434.381,16	61.668.187,99
ABRIL	53.825.463,72	7.513.104,72	84.172,61	-	7.597.277,33	61.422.741,05
MAIO	53.636.969,49	3.736.091,48	55.847,10	-	3.791.938,58	57.428.908,07
JUNHO	54.310.704,87	1.479.656,63	(139.058,78)	-	1.340.597,85	55.651.302,72
TOTAL	326.464.507,80	53.086.152,97	5.387.208,92	-	58.473.361,89	384.937.869,69

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL CAPITAL	TOTAL GERAL CORRENTES + CAPITAL
JANEIRO	-	242.637,00	-	242.637,00	87.260.598,44
FEVEREIRO	-	796.094,90	-	796.094,90	62.544.863,32
MARÇO	-	4.001.246,38	-	4.001.246,38	65.669.434,37
ABRIL	-	327.064,48	-	327.064,48	61.749.805,53
MAIO	-	672.409,97	-	672.409,97	58.101.318,04
JUNHO	-	300.073,46	-	300.073,46	55.951.376,18
TOTAL	-	6.339.526,19	-	6.339.526,19	391.277.395,88

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES				TOTAL CORRENTES
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL OUTRAS	
JANEIRO	58.239.985,17	3.681.996,77	37.911,29	-	3.719.908,06	61.959.893,23
FEVEREIRO	53.217.577,72	4.393.309,71	804.048,24	-	5.197.357,95	58.414.935,67
MARÇO	53.233.806,83	5.891.807,80	610.156,43	-	6.501.964,23	59.735.771,06
ABRIL	53.825.463,72	6.252.413,83	289.553,71	-	6.541.967,54	60.367.431,26
MAIO	53.636.969,49	5.928.948,51	492.643,41	-	6.421.591,92	60.058.561,41
JUNHO	54.310.704,87	4.765.673,53	379.366,32	-	5.145.039,85	59.455.744,72
TOTAL	326.464.507,80	30.914.150,15	2.613.679,40	-	33.527.829,55	359.992.337,35

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL CAPITAL	TOTAL GERAL CORRENTES + CAPITAL
JANEIRO	-	-	-	-	61.959.893,23
FEVEREIRO	-	5.793,00	-	5.793,00	58.420.728,67
MARÇO	-	208.932,00	-	208.932,00	59.944.703,06
ABRIL	-	162.918,25	-	162.918,25	60.530.349,51
MAIO	-	1.619.421,79	-	1.619.421,79	61.677.983,20
JUNHO	-	1.097.987,42	-	1.097.987,42	60.553.732,14
TOTAL	-	3.095.052,46	-	3.095.052,46	363.087.389,81

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, o Balancete Bimestral da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referente ao 1º e 2º bimestres, foram publicados no Diário Oficial do Estado do dia 31 de março e 31 de maio de 2016. Para a geração do Balancete do 3º bimestre aguarda-se o fechamento do SIAFEM.

11.3. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e, expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no segundo trimestre, manifestou-se em **1.209** procedimentos/processos – tanto físicos como eletrônicos - relacionados à atividade fim ou à área administrativa.

O Contencioso-GTP prestou **27 informações** em auxílio à Procuradoria da Fazenda, além de realizar **569** acompanhamentos de **ações judiciais** de interesse do Tribunal e **73** acompanhamentos no Poder Judiciário de feitos relacionados a processos desta Corte.

Ao GTP também estão subordinados:

- **Escola Paulista de Contas Públicas**

No trimestre, foram realizados **107 eventos**, dentre reuniões, cursos internos e externos. Merecem destaque os seguintes:

- Curso de Extensão Novo Código de Processo Civil;
 - Conferência Magna – Sistemas Nacionais e Supranacionais Anticorrupção;
 - Seminário de Direito Eleitoral;
 - II Seminário Internacional de Boa Governança;
 - VII Fórum Nacional de Procuradores do MPC;
 - 1º Seminário sobre Ouvidoria e Transparência na Gestão Pública.
- **Biblioteca – 450 empréstimos** de livros realizados, sendo **297** através do Sistema Online Sophia e **153** presenciais.

11.4. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **2.116 atendimentos** neste Trimestre. Destaca-se o atendimento de **632 solicitações** por meio do Whatsapp, novo canal de atendimento implementado recentemente.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, atendeu **56 pedidos** de informações.

11.5. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas – DSIS; e, Divisão de Tecnologia – DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerencia a plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, realizou reuniões e treinamentos diversos, com apoio ao Comitê Estratégico, AUDESP e demais áreas da Casa.

O DTI atendeu a **1.640 solicitações** na área de Atendimento ao Usuário de TI, tendo atuado, dentre outros projetos, no suporte tecnológico à Fiscalização Ordenada realizada pelo TCE-SP, que contou com a merenda escolar como objeto de análise.

11.6. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCE-SP, em conjunto com a Assessoria de Imprensa, desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCE-SP.

A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCE-SP e iniciativas institucionais.

No 2º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **143 matérias relacionadas a julgamentos;**
- **122 matérias relacionadas à área institucional;**
- **17 newsletters** (periodicidade semanal).

11.7. REVISTA DO TCE

Editada sob a orientação e responsabilidade do Vice-Presidente Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, conforme o disposto no Inciso VI do Artigo 31 do Regimento Interno, a edição número 136 da Revista do TCE-SP encontra-se em fase de elaboração.

Dentre outras matérias, esta edição especial abordará com detalhes a realização do 20º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais, ocorrido em 2016.

Em breve, o TCE-SP também publicará a edição de número 137, contendo artigos e matérias relacionados à Fiscalização Ordenada realizada pela Corte, que fiscalizou hospitais e ambulatórios de saúde cujas administrações são gerenciadas por Organizações Sociais de Saúde. A revista também trará cobertura sobre a participação do TCE-SP em eventos como o Congresso de Municípios – realizado em Campos do Jordão e o I Congresso Internacional de Contas Públicas – organizado pela Assembleia Legislativa do Estado.



Serão também abordadas outras realizações do Tribunal no período, além da síntese de decisões selecionadas, proferidas pelos Conselheiros em sede de Exame Prévio de Edital, e artigos de interesse para os jurisdicionados e sociedade em geral.

11.8. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população através do posto policial instalado nas dependências da Corte.

11.9. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda da Sra. Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 2º trimestre de 2016, o Cerimonial se fez presente em **13 eventos internos, 20 eventos externos, além de atuado em 06 recepções de autoridades.**

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do 2º trimestre de 2016, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Dimas Eduardo Ramalho
Presidente



13. ANEXOS

13.1. ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP¹

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	23/2016	Audesp Fase IV – Cronologia de Remessas	03/08/16
GP	22/2016	Aposentadoria Especial	27/07/16
GP	21/2016	Audesp Fase III - Cronologia de Remessas	26/07/16
GP	20/2016	Serviços e Obras de Engenharia	23/07/16
GP	19/2016	Contribuição previdenciária e PASEP - compensação de créditos tributários	23/07/16
GP	18/2016	ETCESP - Indisponibilidade de Sistema	21/07/16
GP	17/2016	Questionário de Controle Interno	14/07/16
GP	16/2016	EPE - Levantamento de Exames Prévios de Edital	14/07/16
GP	15/2016	Autuação Adiantamentos	25/06/16
GP	14/2016	Audesp - Fase IV	24/06/16
GP	13/2016	Audesp - Fase III	24/06/16
GP	12/2016	Relação dos Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares	03/06/16
GP	11/2016	Resultado Anual de Julgados 2015	24/05/16
GP	10/2016	Exame Prévio de Editais	10/05/16
GP	09/2016	Balanço de julgamentos - 1º Bimestre 2016	06/05/16
GP	08/2016	Contagem de prazos processuais	28/04/16
GP	07/2016	Licitações e Contratos - Fase IV do Sistema AUDESP.	28/04/16
GP	06/2016	Novo Sistema Apenados	30/03/16
GP	05/2016	Videoconferência - Sustentação oral	19/03/16
GP	04/2016	Recepção e cadastramento de documentação no Processo Eletrônico	17/03/16
GP	03/2016	Alteração no horário das sessões da Primeira Câmara	05/03/16
GP	02/2016	Tramitação de processos de Prefeituras e Câmaras por meio exclusivamente eletrônico	16/02/16
GP	01/2016	Acesso ao Sistema AUDESP	02/02/16

¹ Incluídos os Comunicados publicados no 1º Trimestre de 2016, em virtude de não terem sido considerados nos relatórios anteriores.



Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	18/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	04/08/16
SDG	17/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	06/07/16
SDG	16/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	02/06/16
SDG	15/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	04/05/16
SDG	13/2016	Listagem Auxílio	02/04/16
SDG	12/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	03/03/16
SDG	11/2016	Órgãos e entidades impedidos	04/02/16
SDG	10/2016	Composição das Câmaras e Pleno	02/02/16
SDG	09/2016	Ficha Limpa - Contas reprovadas	29/01/16
SDG	08/2016	Sede Unidade Regional Registro - UR-12	27/01/16
SDG	07/2016	Alerta Revista TCESP	26/01/16
SDG	05/2016	Calendário 2016 - Ciclo de Debates	13/01/16
SDG	04/2016	SISCAA-Web	08/01/16
SDG	03/2016	Relação de órgãos proibidos de novos recebimentos	07/01/16
SDG	02/2016	Suspensão da Resolução nº6 de 2015	07/01/16
SDG	01/2016	Valores de Remessa	07/01/16



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO